

A Arte como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento comunitário: alguns programas

¹ Ana Gama

<https://doi.org/10.34629/ipl.eselx.cap.livros.144>

Não há arte sem comunidade nem comunidade sem arte.
Jorge Barreto Xavier (2015, p.3)

A Educação Artística: o ponto de partida para a inclusão social e o desenvolvimento comunitário

Até ao início do século XX, a Educação Artística tinha como grande objetivo a formação de artistas e de uma elite cultural, essencialmente aristocrata. Este paradigma começa a alterar-se com o aparecimento de movimentos artísticos que defendem a criação artística como elemento gerador de pensamento e um espaço de liberdade para o indivíduo. Esses processos criativos assumem um papel importante no desenvolvimento humano integral e na educação, incidindo principalmente sobre a infância e o contexto escolar (González, 2016). Porém, atualmente, a Educação Artística

extravasa o âmbito escolar e afirma-se, crescentemente, em contextos educativos não formais e informais, através de abordagens artístico-pedagógicas com diferentes focos, entre os quais o desenvolvimento criativo e das linguagens artísticas, o conhecimento e a preservação cultural e patrimonial, a integração social e a intervenção terapêutica. (Falcão et al., 2016, p.207).

Eisner (1995, citado por González, 2016) define dois tipos de modelos de Educação Artística: os modelos essencialistas e os modelos contextuais. No caso dos primeiros, a Arte facilita a aprendizagem que só se consegue através dela, gera conhecimentos e experiências que outras disciplinas não conseguem e tem um valor em si mesma com conhecimentos que lhe são exclusivos. No caso dos segundos, a Arte preocupa-se

¹ Doutorada em Administração e Política Educacional pela Universidade de Lisboa/Instituto de Educação. Professora Adjunta. Leciona em várias licenciaturas e mestrados e integra as coordenações da Licenciatura em Música na Comunidade e do Mestrado de Administração Educacional. Áreas de investigação: Políticas Públicas de Educação, Intervenção Comunitária.

com tudo o que se pode aprender de forma colateral a si, constitui o veículo de auto expressão impulsionador do pensamento criativo (González, 2016). É nestes segundos modelos que a Arte é entendida como uma ferramenta para a transformação social, para a inclusão social e para o desenvolvimento comunitário (Barragán & Moreno, 2004). Assim, quando os projetos se desenvolvem no âmbito da Arte no sentido de promover a inclusão social e o desenvolvimento comunitário defendemos, tal como Eisner (1995, citado por Barragán & Moreno, 2004), que eles não pretendem ensinar Arte, mas servem-se dela para promover processos de melhoria de inclusão, bem-estar e desenvolvimento social das comunidades.

Por outro lado, também consideramos que “a educação artística é um processo complexo que impulsiona o pensamento crítico para que sejamos capazes de analisar conscientemente a informação que nos rodeia e possamos ser cidadãos e cidadãs livres em nossos “pensamentos e nossas decisões” (Acaso, 2020). São nesses processos artísticos” que as comunidades tomam consciência dos seus problemas e constroem um pensamento crítico sobre os mesmos no sentido de tomarem decisões para a sua resolução. Para o desenvolvimento destes processos, os projetos devem envolver a criação de um trabalho artístico que resulte da colaboração entre artistas profissionais com a comunidade, sustentando-se na Arte Participativa ou na Arte Comunitária (Matarasso, 2019).

Programas de promoção da inclusão social e de desenvolvimento comunitário: alguns exemplos

O desenvolvimento de projetos artísticos associados ao desenvolvimento comunitário e à inclusão social tem sido crescente, exemplo disso são os livros publicados por François Matarasso (2019), Hugo Cruz (2015) e Jorge Barreto Xavier (2011). Este fenómeno em Portugal resulta, não só das próprias dinâmicas que são desenvolvidas nos territórios entre os vários atores (organizações do 3.º sector; autarquias; serviços educativos; escolas; entre outros), mas também do surgimento de vários programas que visam a inclusão social através das Artes e a promoção do desenvolvimento comunitário. No caso dos programas que visam a inclusão social através das práticas artísticas, a nível nacional, apresentamos como exemplos o Programa Partis – Práticas Artísticas para a Inclusão Social, promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, e o programa PARTIS & Art for Change, também promovido por esta fundação em parceria com a Fundação “La Caixa”. O primeiro programa, criado em 2014, aprovou 48 projetos nas primeiras três edições, em várias áreas artísticas (música, teatro, dança, artes plásticas, arte pública, entre outras), junto de comunidades e territórios com diversas problemáticas (jovens reclusos, jovens surdos, jovens que vivem em bairros problemáticos, entre outras)². No caso do segundo, ele foi criado em 2020 e ainda se encontra numa fase de submissão de candidaturas.

Existem também outros programas que visam a inclusão e a coesão social, e embora não explicitem que a intervenção tenha que ser realizada através das Artes, alguns dos projetos mobilizam-nas como ferramenta de intervenção, sendo um desses exemplos o Programa Escolhas. Criado em 2001, é um programa governamental de carácter nacional, promovido pela Presidência do Conselho de Ministros e integrado no Alto Comissariado para as Migrações. Atualmente na sua 7.ª geração, já financiou mais de cinco centenas

² Dados disponíveis em <https://gulbenkian.pt/programas/programa-gulbenkian-coesao-e-integracao-social/inovacao-e-investimento-social/partis/>.

³ Dados disponíveis em www.programaescolhas.pt.

de projetos, em que muitos foram desenvolvidos no campo das Artes (por exemplo, *Eu Amo SAC*, *“Alto Impacto” Galeria de Arte*, *Há Escolhas no Bairro*, *IntendArte* e *Integr.art*³). Um outro exemplo, ainda que de âmbito municipal, é o Programa BIP/ZIP – Parceiras Locais, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa. Com a finalidade de financiar projetos que visem o reforço da coesão social e territorial através de uma parceria ativa entre habitantes e parceiros dos 67 Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIP/ZIP), este programa já aprovou 353 projetos, entre 2011 e 2019 (Delgado & Gama, 2019). Neste caso, tal como acontece com o programa anterior, também foram aprovados alguns projetos que desenvolveram práticas artísticas.

Projetos artísticos financiados pelo BIP/ZIP numa freguesia de Lisboa

Esta análise tem como ponto de partida o trabalho que desenvolvemos sobre os projetos aprovados nos três BIP/ZIP de uma freguesia de Lisboa. Nesta freguesia foram aprovados 22 projetos, entre 2011 e 2019 (Delgado & Gama, 2019). A partir da base de dados criada, analisámos as estratégias/atividades de cada um dos projetos e identificámos que foram desenvolvidas práticas artísticas em sete. É sobre estes projetos que realizamos uma breve análise.

Na Figura 1 apresentamos a distribuição destes projetos por ano e nome. De registar que em nove anos do programa, foram aprovados projetos em seis. Também é de evidenciar que entre 2016 e 2019 é o período onde se identifica o maior número de projetos aprovados que utilizam a Arte como ferramenta de intervenção.



Figura 1. Projetos artísticos aprovados nos três BIP/ZIP – nome e ano.
Fonte: Elaboração da autora

As áreas artísticas e os destinatários destes projetos foram duas categorias analisadas. Assim, na Tabela 1 apresentamos as mesmas por projeto.

Projeto	Áreas artísticas	Destinatários
ALL Artes	Dança, Música, Teatro, Artes Visuais e Artes Cênicas	Jovens
ALL Artes- Espaço Mudança	Dança, Música, Teatro, Artes Visuais e Plásticas, Vídeo	Crianças e Jovens
Praceta D'Sodade	Dança, Teatro e Música	Comunidade
Nós Retrato	Dança, Vídeo, Fotografia	Comunidade
ocupAcidade	Teatro, Música, Dança, Artes Plásticas	Comunidade
Orquestra da Calçada	Dança, Música	Comunidade
Cultura Urbana Alta Lx	Dança, Arte Urbana	Jovens

Tabela 1 – Áreas e destinatários dos projetos artísticos. Fonte: Elaboração da autora

A partir dos dados da tabela é possível evidenciar que todos os projetos mobilizaram mais de que uma área artística. A dança é a área transversal a todos, seguindo-se a Música e o Teatro. No que diz respeito aos destinatários, os dados evidenciam que a maioria dos projetos não está centrada apenas num público específico, mas na comunidade, o que evidencia a mobilização de práticas artísticas para a promoção da coesão social e territorial.

Apesar de este trabalho ter abordado muito superficialmente os programas, consideramos que seria importante aprofundar o estudo destes projetos através de uma aproximação ao terreno no sentido de se caracterizar como foram desenvolvidos os processos criativos, que atores participaram nos mesmos e qual o seu impacto junto de todos os envolvidos.

Referências

- Acaso, M. (2020). Por qué tanto papel higiénico no podía ser bueno. *El País*. Disponível em: <https://elpais.com/sociedad/2020-03-27/por-que-tanto-papel-higienico-no-podia-ser-bueno.html>
- Barragán, J. M., & Moreno, A. (2004). Experiencia artística y producción cultural, ámbitos para la intervención socioeducativa, *Educación Social*, 28, 19-40.
- Cruz, H. (2015) (Coord.). *Arte e Comunidade*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Delgado, L., & Gama, A. (2019, 5-6 de dezembro). *O programa BIP/ZIP – parcerias Locais: análise exploratória numa freguesia de Lisboa* (Comunicação oral). 9.º Encontro do CIED – Diversidades, Educação e Inclusão, Lisboa, Portugal.
- Falcão, M., Leite, T., Pereira, T., & Mendes, A.B. (2016). Educação artística na ESELx: Trajetória de um mestrado. In T. Pereira, A. Almeida, N. Vieira, & C. Loureiro (Orgs.), *Atas do VII Encontro do CIED – II Encontro Internacional, Estética e Arte em Educação* (pp. 203- 221). CIED.
- González, A. M. (2016). *La mediación artística. Arte para la transformación social, la inclusión social y el desarrollo comunitario*. Octaedro Editorial.
- Matarasso, F. (2019). *Uma Arte Irrequieta*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Xavier, J. B. (2011) (Coord.). *Arte e Delinquência*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Xavier, J. B. (2015). Nota de abertura. Arte e comunidade: uma relação necessária. In H. Cruz (Coord.) *Arte e Comunidade* (pp. 2-3). Fundação Calouste Gulbenkian.